

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Corio Brasileiro*

Class.: 118

Data *5 de fevereiro de 1981*

Pg.:

Índios que ¹⁹⁰estudam saem mesmo do DF

O Ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou, ontem, que a justificativa apresentada pela Funai para a remoção de sete índios que estudam em Brasília, para escolas mais próximas de suas aldeias é satisfatória e dá por encerrada a polêmica criada em torno do assunto, que tomou uma dimensão muito grande "por causa do passionalismo com que a questão do índio tem sido tratada". Andreazza afirmou que o noticiário divulgado, que chegou a preocupá-lo a ponto de transferir para o âmbito do ministério o caso dos índios estudantes, dava conta de que todos os estudantes teriam suas bolsas cortadas, atitude que ia de encontro às diretrizes de seu ministério.

"Os sete índios que serão transferidos para outros locais - disse Andreazza - não têm emprego em Brasília e, por este motivo, os técnicos da Funai recomendaram a sua remoção para escolas mais próximas das aldeias evitando que eles vivam ociosos". O ministro defendeu que o índio, quando está mais próximo de sua família corre menos risco de perder seus vínculos culturais.

Segundo o ministro, estudam em Brasília, atualmente 44 índios sendo que quinze hospedam-se na Casa do Ceará que mantém convênio com a Funai. "Os índios que trabalham, e estudam, como é o caso de Carlos Justino Marcos, da Tribo dos Terena e Antonio José dos Santos, da tribo Tuxá que tem emprego fixo, o primeiro na Funai e o segundo no Summer Institute - explicou permanecerão em Brasília e a Funai, em alguns casos pensa inclusive de oferecer uma complementação de salário para os que ganham pouco".

Andreazza disse, ainda, que leu com atenção o documento que lhe foi entregue pelos índios que estudam em Brasília, pedindo para não serem transferidos para outros locais. "Estes índios demonstram uma grande desconfiança sobre nossas intenções - acentuou o ministro - pois sofreram muitas injustiças desde o descobrimento do Brasil. Ainda ocorrem discriminações e preconceitos contra estas comunidades, e lutar para acabar com este problema é uma das atribuições do Ministério do Interior.

Ainda sobre o documento dos índios, Andreazza criticou a criação da União das Nações Indígenas - UNIND, fundada em Brasília por vários dos índios bolsistas. A UNIND, segundo defendem os índios teria sido o principal motivo da remoção de alguns estudantes, como forma de neutralizar a ação da UNIND. "Não levamos em consideração a existência da UNIND disse o ministro - pois achamos que a nação brasileira é única e indivisível, não existindo várias nações dentro do Brasil. Este é, um assunto próprio para discussões acadêmicas, de pessoas que têm tempo a perder com este assunto. Não apoiamos este tipo de organização, pois achamos que a coesão entre os índios deve existir dentro das comunidades".

CRÍTICAS AO RONDON

Andreazza mostrou-se irritado com as críticas feitas pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI - ao



MÁRIO ANDREAZZA

trabalho que está sendo desenvolvido pelo Projeto Rondonjuno aos índios. "Os estudantes, de acordo com as acusações estariam desenvolvendo o trabalho de informantes para os órgãos de segurança nas áreas indígenas - disse Andreazza, - mas isso não tem sentido pois os estudantes não têm qualquer vinculação com o governo, eles são independentes e estão querendo apenas desenvolver um trabalho de conscientização junto à população envolvente para acabar com a discriminação sofrida pelos índios.

MEIO AMBIENTE

O ministro Mário Andreazza defendeu a remoção da população da Vila Parisi, em Cubatão, São Paulo, já que na sua opinião é a única medida que pode resolver os graves problemas de saúde provocados pela poluição industrial. Na opinião do ministro, a transferência da população é imprescindível, pois mesmo havendo a instalação de aparelhos de controle da poluição "sempre podem ocorrer acidentes".

Andreazza ofereceu o apoio do Banco Nacional da Habitação para colaborar na transferência. Segundo técnicos dos meios conservacionistas governamentais, esta era a decisão que faltava para que a remoção das famílias fosse consumada. Ele ressaltou que as providências para a consecução da medida cabem ao governo estadual, mas que o Ministério do Interior vai colaborar, assim como o dos Transportes, que deverá ceder uma área de sua propriedade para a construção da nova Vila Parisi.

LEI DO MEIO AMBIENTE

A lei que define a política nacional do meio ambiente será enviada ao Congresso logo no início do exercício legislativo, segundo informou Mário Andreazza. O anteprojeto de lei, elaborado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, já foi analisado pelo Ministério do Interior e pela Presidência da República. Agora, os governos estaduais terão um prazo de 10 dias para estudar o anteprojeto e encaminhar sugestões.

Andreazza definiu a nova lei como uma consolidação das já existentes. No seu entender, as normas vigentes causam dúvidas e apresentam falhas e, portanto, precisavam ser revistas.